

NEOLIBERALISMO, ETHOS EMPRESARIAL E CORRUPÇÃO NOS DISCURSOS DA FAMÍLIA ODEBRECHT

Felipe Fróes Couto¹

Mariana Bernardino Lopes²

Marília Gabriela Ferreira Araújo³

Caio Carvalho Vargas⁴

INTRODUÇÃO

O debate sobre corrupção no Brasil ganhou intensidade à medida que novos escândalos foram descobertos e divulgados. Trata-se de um fenômeno que não é exclusivo de determinado país ou segmento socioeconômico e que pode ser encontrado no mundo inteiro, em diferentes escalas, envolvendo corporações públicas e privadas (Ramos, 2010).

O próprio termo “corrupção” é derivado de palavras como degeneração e depravação, conferindo-lhe um peso moral muito grande por indicar que, antes

¹ Doutor em Administração (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil). Professor de Educação Superior na Universidade Estadual de Montes Claros. <http://lattes.cnpq.br/1542783014894190>. <https://orcid.org/0000-0002-4928-9920>. felipe.couto@unimontes.br. Endereço para correspondência: Universidade Estadual de Montes Claros, Departamento de Administração. Avenida Rui Braga S/N, Vila Mauricéia, Montes Claros, MG, Brasil. CEP: 39401-089. Telefone: (55 38) 32298252.

² Mestra em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil). <http://lattes.cnpq.br/7273428918663651>. <https://orcid.org/0000-0002-3684-661X>. marianabernardinolopes@yahoo.com.br.

³ Bacharela em Administração (Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil). Lattes não informado. <https://orcid.org/0000-0001-7552-7294>. mahgabrielaferreira@gmail.com.

⁴ Bacharel em Administração (Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil). Lattes não informado. <https://orcid.org/0000-0002-4477-1822>. caio.carvalho.vargas@gmail.com.

da sua ocorrência, havia uma ordem correta das coisas que, de alguma forma, foi modificada de forma negativa (Nascimento, 2017). Existe uma grande dificuldade em se definir corrupção devido à falta de consenso por parte de diversos estudiosos quanto à sua conceituação. O termo inclui uma ampla diversidade de atitudes que permeiam as relações em uma sociedade, e que podem se referir desde a pequenos desvios de comportamento a crimes corporativos de grande repercussão (Brei, 1996). Além disso, existem diversas perspectivas que podem relativizar o conceito. Alguns autores entendem que, em determinada situação, pode-se considerar um ato ou como corrupção, ou como resistência dos sujeitos, a depender do referencial adotado (Couto & Carrieri, 2020; Freitas Júnior & Medeiros, 2018; Silva, 1994).

Nas últimas décadas no país, uma série de escândalos de corrupção chegaram ao conhecimento do público através da mídia. Entretanto, nenhum deles teve tanta repercussão quanto o esquema de corrupção descoberto na empresa Odebrecht no ano de 2014 pela força-tarefa da operação Lava-Jato, responsável por investigar desvios de dinheiro e pagamento de propinas para benefícios de contratação na Petrobrás. De acordo com o Departamento de Justiça americano, este escândalo foi caracterizado como o maior caso de corrupção global da história, envolvendo, inclusive, um departamento organizado na empresa exclusivamente dedicado ao pagamento de propina em troca de benefícios contratuais em 12 países (Coelho & Barros, 2021).

Em nível de argumentação teórica, partiremos da tese foucaultiana apresentada por Couto e Carrieri (2020) para buscar compreender como a corrupção se relaciona ao *ethos empresarial* no contexto neoliberal contemporâneo. Isso porque entendemos ser impossível dissociar a realidade social do fenômeno sem levar em consideração a importância do neoliberalismo e da racionalidade econômica do agente para a tomada de decisões (Torsello & Venard, 2016). Nosso olhar parte de uma crítica da ética utilitarista e tem interesse em analisar as construções discursivas sobre o *ethos empresarial*, tomando por referência a

carga valorativa que é trazida junto às noções de liberdade de mercado, competição e oportunismo dos agentes.

Esta pesquisa possui natureza qualitativa e abordagem hermenêutica. Buscamos responder a seguinte pergunta: *Como se articulam as subjetividades inerentes aos discursos de Marcelo e Emílio Odebrecht em seus depoimentos na Operação Lava-Jato?* Para tanto, dirigimos nossa atenção para a análise dos depoimentos das delações premiadas do ex-presidente da Odebrecht, Marcelo Bahia Odebrecht, e do seu pai, Emílio Alves Odebrecht, através do uso da Análise do Discurso Francesa, buscando identificar nas falas dos agentes as ideologias, bem como aspectos implícitos ou propositalmente silenciados.

A Organização Odebrecht S.A. é uma organização brasileira de atuação global presente em mais de 20 países, como Alemanha, Estados Unidos, México, Gana, Portugal, dentre outros. A empresa possui diversos negócios e atua principalmente nos setores de Engenharia, Indústria e desenvolvimento e operação de projetos de Infraestrutura e Energia. Possui mais de 70 anos de atuação no mercado e movimenta milhões e milhões de reais anualmente (Odebrecht, 2018). Recentemente, o Executivo Marcelo Odebrecht fora condenado a 19 anos e 4 meses de prisão. Emílio Odebrecht, seu antecessor, fora condenado a 4 anos de prisão domiciliar. As acusações giram em torno do pagamento de propina para privilégios em contratações na Petrobrás.

Esse trabalho se alinha aos trabalhos desenvolvidos por Freitas Júnior e Medeiros (2018), Coelho e Barros (2021) e Rodrigues (2022), que analisaram a dinâmica de racionalização do agente em relação à corrupção e os argumentos justificatórios para práticas dessa natureza nas organizações. Nosso argumento, ao longo do texto, busca trazer uma abordagem distinta dos trabalhos anteriores e visa agregar aportes empíricos à visão originalmente proposta por Couto e Carrieri (2020), de que a corrupção contemporânea no Brasil pode ser discursivamente representada por meio de um *ethos empresarial* caracterizado

pelos atributos neoliberais do egoísmo, do utilitarismo e do oportunismo, que fazem com que a relação da corrupção seja tida como um processo econômico em que se busca a maximização pelo custo-benefício.

NEOLIBERALISMO, ETHOS EMPRESARIAL E CORRUPÇÃO

A tentativa de domesticar o indivíduo dentro de padrões morais, sociais, políticos e econômicos vem desde a antiguidade, época em que o homem passou a conviver coletivamente (Egg, 2009; Silva, 2011). Foi devido à essa convivência que surgiram normas de comportamento social (Egg, 2009) que estabeleciam o modo de agir do sujeito e a limitação de suas atitudes, com o objetivo de delimitar o padrão de conduta “aceitável”. Os indivíduos, nessa visão, carregam uma série de expectativas mútuas (Guareshi, 2008; Egg, 2009).

A partir da observação da convivência organizada entre os indivíduos, os filósofos da Grécia Antiga buscaram teorizar sobre o conceito de uma essência do “ser homem” no Século IV a.C. Filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles relacionavam a ética com a moral, com a virtude e com a cidadania, pois precisavam de honestidade, fidelidade e harmonia entre os cidadãos para realizar a fase inicial de desenvolvimento das Cidades-Estados gregas (Figueiredo, 2008; Egg, 2009; Silva, 2011). Nesse primeiro momento filosófico, a ética seria constituída por ações morais voluntárias e vistas essencialmente como boas (Sobral, 2009).

Contemporaneamente, a confusão entre ética e moral subsiste. Podemos observar que os conceitos de ética e moral são referidos indistintamente e utilizados como sinônimos na literatura (Baptista, 2011; Pedro, 2014). Conforme Pedro (2014), isso ocorre devido à proximidade etimológica de origem grega e latina das palavras. O termo “ética” deriva de *ethos*, que significa comportamento, costumes, hábito, caráter e modo de ser de uma pessoa,

enquanto “moral” deriva no latim *mos*, que se refere a costumes, normas e leis (Tognetta & Taille, 2008; Baptista, 2011; Gamba & Soares, 2012; Pedro, 2014).

Antes de inserir maiores discussões ao leitor, iremos nos posicionar etimologicamente em relação à típica controvérsia entre ética e moralidade. Acreditamos que, assim, fica mais fácil identificar os posicionamentos epistemológicos dos autores com quem fará a interlocução ao longo deste artigo. O termo “ética” foi originalmente introduzido por Aristóteles para designar a parte da filosofia que estuda a conduta do homem (*ethos*), bem como seus critérios utilizados para tomar suas decisões (Ghomari & Benhabib, 2012). Isso quer dizer, em outros termos, que o campo da ética se preocupa com os critérios e valores em nível individual que devem ser respeitados na ação (Dincer & Dincer, 2014). Para fins deste texto, partiremos do pressuposto de que a moralidade se distingue da ética por ser coletiva, objetivando se referir a todas as regras vigentes dentro de uma comunidade humana (Hensel & Dubinsky, 1986). A ética, por outro lado, é específica da filosofia moral individual, pautada pelas escolhas do sujeito diante de sua concepção do que é “agir bem” (Fernández, 1999; Jamnik, 2011).

Para Ghomari e Benhabib (2012), o objetivo da moralidade é compreender o que é “ser bom”. A ética, por sua vez, resulta de reflexões sobre a atitude a ser tomada para alcançar o que é bom. Ou seja, a ética envolve a escolha dos caminhos, dos comportamentos e das decisões individuais diante de múltiplas opções, implicando na responsabilidade do agente pelos efeitos dos seus atos. Não se pensa, nesse sentido, em “ser ético”, mas “agir de forma ética” (Gaski, 2015). Trata-se de decidir cumprir regras (ou não), de respeitar outras pessoas (ou não), de priorizar a sua própria felicidade diante do outro (ou não). Trata-se, em última instância, de um compromisso social deliberado do próprio agente, que decide para si, de forma autônoma (sem imposição), a partir de suas próprias convicções (morais ou não) (Ghomari & Benhabib, 2012).

Isso posto, assumimos a premissa de que a corrupção é uma ação que se contrapõe à ética das virtudes, que preconiza o agir com honestidade e a integridade. Nosso entendimento sobre a corrupção parte da concepção do neoliberalismo e da naturalização das relações de competição como forma de coexistência social (em outras palavras, um *jeito neoliberal de se agir*).

O neoliberalismo deriva de um momento histórico no qual se retoma a supremacia da forma “mercado” como o direcionador da conduta humana e das relações de troca. Por meio da competição na sociedade, o capitalismo se desenvolveu e ganhou força. Com o surgimento da Escola de Chicago na década de 1970, as relações sociais se modificaram em função do interesse de promover reformas sociais a favor do mercado. O desdobramento desse movimento ideológico encontrou ressonância no tecido social e no comportamento das pessoas, dando origem ao conceito moderno de “indivíduo-empresa”, um novo tipo de sujeito que entende as relações sociais por meio de uma moral que naturaliza as relações de competição e de individualidade, visando a racionalidade econômica e o ganho como finalidade última do ser humano, resultando no ideal de que o *ethos* do indivíduo seja constituído por relações de custo-benefício que pautem todas as suas condutas no meio social (Foucault, 2008; Migowski, 2015).

Portanto, é importante compreender o neoliberalismo como ideologia que extrapolou sua essência filosófica para se produzir como modo de vida, como *ethos empresarial* ou como maneira de estar no mundo — capaz de produzir estímulos que levam o ser humano às relações de concorrência em vez da cooperação (Melo, Sampaio, & Oliveira, 2015; Migowski, 2015). O neoliberalismo traz como consequência a busca incessante de sucesso individual a qualquer custo e maximização dos ganhos na vida (Migowski, 2015).

O estímulo à concorrência acabou afetando certos valores morais, já que o individual passou a se sobrepor aos interesses do coletivo (Migowski, 2015). O

“discurso do indivíduo-empresa” se apresenta como boa vontade coletiva; seu argumento é o de que suas atitudes individuais irão beneficiar a coletividade. Entretanto, o valor primário buscado não é o bem-estar coletivo, mas um benefício próprio ou de um determinado grupo; o interesse próprio é camuflado por meio de uma suposta benevolência (Baptista, 2011; Gomes, 2015).

Entendemos, como Couto e Carrieri (2020), que a ética do indivíduo foi subvertida para a visão utilitária das coisas e das pessoas. Sendo assim, o agente atua de acordo com o ganho que sua ação pode proporcionar. Nessa perspectiva, o homem é visto como econômico, racional e calculador de utilidades. Portanto, suas relações sociais, antes genuinamente humanas, como o casamento, a amizade e a parentalidade, agora passam a ter feições econômicas (Campregher & Longoni, 2017). Baseados nesta tese, compreendemos que o neoliberalismo potencializou três características fundamentais à racionalização da corrupção pelos agentes: o utilitarismo, o egoísmo e o oportunismo (Couto & Carrieri, 2020).

O *Utilitarismo* é baseado em ideias consequencialistas, nas quais a validade ética reside na capacidade intrínseca de uma ação ou um objeto proporcionar felicidade e bem-estar, que podem ser obtidas, por exemplo, pelo prazer. O produto final da ação, a felicidade do sujeito, é mais importante do que a forma como ela afeta a sociedade (Campregher & Longoni, 2017). Portanto, conforme o princípio de utilidade, uma ação só é moralmente correta se a soma de felicidade (prazer) for maior que a soma de infelicidade (dor). Sendo assim, não há ação errada caso ela proporcione felicidade superior à dor. Notamos que, se todos os seres humanos buscam que seus atos obtenham o máximo de felicidade (Lenoir, 2016; Campregher & Longoni, 2017).

O ser humano vive em um meio socializante e convive com diversidade de interesses. Porém, existem necessidades que são inerentes ao próprio ser, e que podem evoluir para interesses estritamente pessoais (Gonçalves, Grzybovski,

Mozzato, & Toebe, 2017). O *Egoísmo* pode ser definido como um sentimento ou desejo de beneficiar a si próprio(a) em primeiro lugar, sem levar em consideração o ambiente e as pessoas no entorno (Gonçalves, Grzybovski, Mozzato, & Toebe, 2017). O sujeito que age de maneira egoística tem o interesse de maximizar a sua própria felicidade, independentemente das consequências que isso terá aos demais (Del Cont, 2008).

O último conceito da tríade que constituirá nossa construção sobre o ethos empresarial, racionalidade e a corrupção no contexto neoliberal contemporâneo é o *Oportunismo*. O oportunismo pode ser traduzido como a busca do próprio interesse associada a intenções de manipular ou distorcer informações para obter benefícios que o favoreça diante dos outros (Simioni, Siqueira, Binotto, Spers, & Araújo, 2009). O oportunismo também pode ser compreendido como a busca de interesse próprio com astúcia. Essa busca pode ser composta por comportamentos moralmente reprováveis, como, mentir, roubar, desenvolver formas sutis de enganar, entre outras ações (Gonzaga, 2015).

A tese de Couto e Carrieri (2020) propõe que, nas organizações, quando os indivíduos percebem a oportunidade de obtenção de ganhos extras com baixo risco (*oportunismo*), vislumbrando a possibilidade de receber ganhos marginais que superam a possível ocorrência de resultados prejudiciais (*utilitarismo*) e sem levar em consideração o prejuízo coletivo adjacente (*egoísmo*), há o risco de ocorrência de atos de corrupção. Fica evidente que a ação desviante deriva de um cálculo racional que leva em consideração o custo-benefício entre a possibilidade de ganho e a possibilidade de ser punido. Se há a percepção de ganhos maiores que o risco que sua ação oferece, o sujeito ou o grupo buscarão satisfazer a sua necessidade de ganho. Tal tese, apesar de trazer novos conceitos a respeito do neoliberalismo, não é nova, e deriva de teorias neoclássicas da racionalidade do agente no processo decisório (Couto & Carrieri, 2020).

Esse mesmo fundamento já fora ofertado em outros modelos teóricos, como o triângulo da fraude de Cressey (1953), originalmente composto pelas dimensões de racionalização, oportunidade e pressão. Percebemos então, que os três pré-requisitos (utilitarismo, egoísmo e oportunismo) analisados pelos autores oferecem uma releitura crítica do trabalho de Cressey (1953), acrescentando questões contextuais e históricas à relação dos fatores que constituiriam o triângulo da fraude. Couto e Carrieri (2020) entendem que atos de corrupção derivam de um *continuum* da relação do indivíduo com o seu meio. Portanto, os fundamentos de combate à corrupção envolvem questões muito mais complexas do que a mera tentativa de controle da ação dos agentes. Nesse sentido, controle de oportunidades, vigilância de conduta e imposição de códigos de ética e programas de *compliance*, por exemplo, falhariam por não serem capazes de alcançar a subjetividade e a racionalidade do agente em toda a sua complexidade.

Entendemos, portanto, que a mera existência de programas de controle nas organizações pode não ser eficaz para a transformação necessária ao combate da corrupção. No *ethos* empresarial, potencializado pela racionalidade neoliberal, os indivíduos agem apenas conforme o ponto de vista útil da sua conduta. O espectro da corrupção, nesse sentido, estará sempre presente nas relações sociais à medida que os agentes naturalizam a relação de custo-benefício como modo de vida. E não seria possível, em tese, “eliminar” a ameaça de corrupção, visto que coibir a racionalização de custo-benefício também diz respeito a eliminar a liberdade de pensamento. O problema é muito mais complexo do que uma mera questão de controle.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para responder ao problema de pesquisa “*como se articulam os discursos de empresários sobre ética e corrupção no caso da Odebrecht investigado na Operação Lava-Jato?*”, adotamos a abordagem da Análise do Discurso Francesa

e operacionalizamos a pesquisa sobre os discursos dos empresários Marcelo Bahia Odebrecht e Emílio Alves Odebrecht nas delações referentes à empresa Odebrecht na Operação Lava-Jato. A Abordagem Francesa da Análise do Discurso tem recebido uma maior atenção no âmbito dos estudos organizacionais, não apenas pelos crescentes números de contribuições que enfocam sua aplicabilidade na área, mas pela constante busca de uma definição teórica que possa limitar com maior propriedade a perspectiva organizacional (Cornelsen, 2009).

A Análise do Discurso, para Cabral (2005) e Souza e Carrieri (2014), é uma ferramenta que permite ir além de uma interpretação de um texto. Pode ser entendida como uma articulação do discurso e do seu lugar social que busca extrair a formação ideológica que permeia a fala do agente. É também considerada um método apropriado para extrair de um discurso o seu sentido oculto. Seu objetivo é compreender o funcionamento do discurso como produção estratégica de sentidos e observar como os sentidos produzem as interpretações.

A Análise do Discurso Francesa foi impulsionada por Michel Pêcheux, que defende o sentido ideológico do discurso (Narzetti, 2010). O discurso, para Pêcheux (2014), é um conjunto de hábitos de uma dada sociedade que incorpora a ideia do social. Logo, o discurso passa a ser um ato resultante de uma relação estratégica, intencional e planejada entre o emissor (aquele que fala) e o receptor (aquele que escuta) o discurso. Em outras palavras, é por meio do discurso que o emissor efetiva uma ação intencional sobre o receptor (persuasão, autoridade, discordância, dominação, entre outras possibilidades).

Cabral (2005) e Brasil (2011) entendem que a Análise do Discurso Francesa deriva de três grandes abordagens teóricas: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Teoria do Discurso. Segundo os autores, as condições históricas e sociais determinam o discurso do sujeito, e tais condições são moldadas pela

produção cultural de uma religião, família, regime político, relações de trabalho que configuram os costumes. Logo, é possível justificar que, quando o sujeito produz um discurso, não o faz de forma descontextualizada ou solitária, visto que já está constituído por ideologias e condições nas quais fora socializado.

De acordo com Carrieri *et al.*, (2006), existem três dimensões espaciais dentro da análise do discurso, que são: (a) O Universo Discursivo; (b) Campo Discursivo, e (c) Espaço Discursivo. O primeiro se refere conjunto heterogêneo de formações discursivas que interagem numa conjuntura, ou seja, é um amplo assunto que será articulado na análise. O universo deste artigo é o “ethos empresarial no contexto do neoliberalismo”. O segundo é o conjunto de formações discursivas que se delimitam em uma região do universo discursivo, ou seja, são os temas estruturantes do discurso. Foram abordados nas análises os temas (ou categorias) “Egoísmo”, “Oportunismo” e “Utilitarismo”. Por último, e não menos importante, o espaço discursivo é denominado pelo subconjunto do campo discursivo, onde ocorre a identificação dos percursos semânticos portadores da ideologia presente no discurso. Neste caso, trata-se de depoimentos de uma investigação sobre crimes de corrupção, em que os emissores buscavam uma ação de autodefesa processual.

Para análise sobre as condições de produção do discurso, utilizamos dois depoimentos prestados ao Juiz Sérgio Fernando Moro em 2017 por Marcelo Bahia Odebrecht e seu pai Emílio Alves Odebrecht. No contexto, ambos foram acusados pelo Ministério Público de diversos crimes de corrupção ativa na empresa Odebrecht, além de crimes de pagamentos de propinas a agentes da Petrobrás, ocultação de recursos e lavagem de dinheiro. Em que pese uma nota crítica, o cenário no qual os discursos foram produzidos é complexo e envolve diversas controvérsias, especialmente após os vazamentos de acordos entre juiz e promotores no evento conhecido como “Vaza Jato”, situação em que, em tese, se configurou notório abuso de autoridade para a obtenção de provas. Contudo, para fins deste artigo, tais dimensões foram ignoradas.

Selecionamos os trechos a partir das transcrições dos depoimentos. O depoimento de Marcelo possui duração de 2h38min e o depoimento de Emilio possui 1h36min. Os dados foram analisados e organizados em dois tópicos contextuais de fala que se sobressaíram nos depoimentos, que são: (a) Estrutura Departamental do “Setor de Propinas” e Sistemas de Controle, e (b) *Lobby* em relação Institucional com a Petrobrás. Buscamos analisar em profundidade o posicionamento dos enunciadores sobre o caso analisado. Esses trechos foram selecionados e tratados de forma esquemática e os excertos mais relevantes foram selecionados para uma análise mais detida, sendo detalhadamente analisados no corpo do artigo.

A análise do texto se deu em duas dimensões que se articularam entre si e foram consideradas na AD Francesa, que são o *interdiscurso* e o *intradiscurso*. Ao serem abordadas, elas permitiram compreender a totalidade do texto, uma vez que existe uma relação de interdependência e complementaridade entre ambos (Souza & Carrieri, 2014).

O Intradiscurso remete aos sentidos e ordem em que o sujeito seleciona para veicular seu discurso. Na análise intradiscursiva, foi realizado uma análise das estratégias de persuasão, no qual são; (a) a identificação da criação de personagens; (b) seleção lexical; (c) conteúdos que foram implícitos e explícitos no discurso, e (d) silenciamento de assuntos que não foram esclarecidos nos depoimentos. Além disso, foram selecionados temas dentro do assunto de corrupção, o que possibilitou a identificação dos percursos semânticos utilizados, aspectos da sintaxe discursiva e aspectos refletidos e refratados nos discursos de Marcelo e Emílio.

O Interdiscurso, segunda dimensão da AD francesa, refere-se às relações de apoio e contradições entre os discursos, ou seja, demonstra a forma no qual o discurso do sujeito se posiciona em relação aos demais. Na análise

Interdiscursiva foram analisados aspectos intencionais em relação aos depoimentos, como “o que o sujeito quer refutar, confirmar ou legitimar”, bem como “levar em conta o evento social e condições físicas de enunciação”. Também foi possível identificar táticas de persuasão dos enunciadores, bem como relações subjetivas entre discursos hegemônicos e falas dos agentes nos depoimentos.

Importante ressaltar que a análise se estruturou da seguinte forma: separados os trechos aderentes às temáticas propostas neste artigo, estes foram ordenados em uma ordem lógica de argumentação, para então serem submetidos aos procedimentos de análise intradiscursiva e interdiscursiva. O resultado final fora estruturado em formato narrativo, apresentado a seguir.

RESULTADOS E ANÁLISE

Os trechos identificados a seguir foram analisados conforme a abordagem da Análise do Discurso Francesa. Buscamos identificar, nos depoimentos de Marcelo e Emilio Odebrecht, aspectos que foram abordados de forma explícita e intencional, e outros que os enunciadores deixam implícitos em suas falas.

Inicialmente, precisamos contextualizar o leitor das condições de produção desses discursos: trata-se de um depoimento de delação premiada, instituição criada pela Lei n. 12.850/2013, proveniente de um acordo de leniência, instituto criado pela Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013), ambas as leis sancionadas pela então Presidente Dilma Roussef, para apurar casos de corrupção envolvendo empresas e o setor público. O objetivo aparente dos enunciadores, além de estabelecer suas próprias defesas, seria obter os benefícios preconizados pela lei de redução da pena para o ato criminoso em até 2/3, bem como abrandar a responsabilização da Pessoa Jurídica (empresa) no ressarcimento do dano aos cofres públicos por meio da aplicação da multa (Art. 16 da Lei n. 12.846/2013).

Importante ressaltar que não faz parte das intenções dos autores a verificação e veracidade dos fatos trazidos pelos enunciatários, visto que o que nos interessa é a dimensão discursiva-textual de análise – que parte do pressuposto de que cada sujeito possui uma intencionalidade ao trazer seus enunciados, bem como visa transmitir a sua subjetividade para a fala – o que rejeita quaisquer presunções de neutralidade no texto.

Lobby e relações institucionais com a Petrobrás

Em um primeiro momento, nos interessa analisar como eram construídas as relações de favorecimento indevido entre os agentes no caso da Petrobrás. Conforme os enunciadores, não era uma questão de oferecimento voluntário de propina, mas exigências ou procedimentos demandadas pelos Executivos da Petrobrás para realizar negociações. Contudo, Emilio e Marcelo Odebrecht possuíam abordagens/métodos diferentes de tratar a questão. Enquanto aquele preferia tratar diretamente com o líder do Executivo ou o grupo dominante para negociar agendas em comum, este acredita que é melhor uma relação corporativista com os executivos:

01: A Petrobrás sempre foi uma relação muito complicada do ponto de vista das empresas, e ela era muito fechada. Por exemplo, *eu sempre tive entendimento de que na Petrobrás, não adiantava você vir por cima, as equipes tinham que construir uma relação com o corporativismo da Petrobrás*. Ela não fazia parte da minha agenda com Palocci e Guido, porque eu não acreditava na eficácia deles em relação a Petrobrás, *a Petrobrás tinha que ser resolvida pelos executivos*. (Marcelo Odebrecht, 2017)

02: Para mim e para os executivos, era muito mais fácil você se relacionar com o diretor, que ao atender o interesse político dele, você tem as portas abertas, ele está aberto. E *também não adianta pegar uma pessoa externa e colocar como diretor da Petrobrás, porque o cara é*

expurgado. Eles conseguiam administrar a casa, como chamavam, e conseguiam fazer essa ponte para fazer interferência política, que era conveniente para o executivo. (Marcelo Odebrecht, 2017)

Temos nas falas 01 e 02 os personagens de negociação, que são: (a) os empresários da Odebrecht, (b) os executivos da Petrobrás e (c) os representantes do grupo político no Poder Executivo. Em períodos distintos, e dependendo das relações entre os agentes, as formas de abordagem variavam. Explicitamente, o conteúdo das negociações era travado entre lideranças empresariais diretamente com representantes do Poder Executivo ou com os Executivos da empresa, necessariamente indicados pelo Executivo, em relações corporativistas.

Na fala, é possível perceber que “não adianta pegar uma pessoa externa e colocar como diretor da Petrobrás, porque o cara é expurgado” (sic). O uso do termo “expurgado” denota uma grande aversão existente a uma figura de representação na Petrobrás que não atendesse aos interesses políticos do Poder Executivo.

As falas 01 e 02 denotam ainda a grande importância existente na alta cúpula gerencial da instituição. Da mesma forma que o Poder Executivo tinha influência sobre decisões estratégicas da empresa, é ressaltada a necessidade de envolvimento de executivos da empresa para o arranjo de esquemas de desvio de recursos. O que fica implícito na fala do enunciador é que todos os agentes agiam conscientemente em função de seus próprios interesses, realizando coalizões conforme o contexto (de maneira corporativa). Com essas afirmações, o enunciador deixa claro que, em tais relações, todos os envolvidos possuem interesses próprios, o que evidencia a dinâmica egoística e utilitarista das negociações.

Foi estrategicamente silenciado em que dimensão essa interface entre o poder público e as empresas beneficia os empresários ou a livre concorrência de

mercado. Como agentes políticos, os empresários buscaram interferir diretamente na gestão de assuntos políticos do país. Trata-se de um aspecto que evidencia a hegemonia do poder econômico na negociação das relações políticas da nação, bem como privilegia determinados grupos. Essa relação é explícita na fala 03 que trata da constituição social dessas relações.

03: De qualquer maneira, o que eu entendi foi o seguinte, *eu sempre defendia o fato de ter uma relação mais ampla, e ainda que fosse para defender os interesses legítimos, você precisava ter aquela história, é... [gagueja]. Quando você tem uma relação com um empresário político, ela se baseia numa agenda legítima, como, investimentos, projetos, defesa do seu caso, numa relação de confiança, mas também em apoiar um projeto político ou pelo menos a pretexto do projeto político, porque nós nunca sabemos quando entra na questão do caixa dois. É óbvio que na hora que um político defende um projeto seu, um investimento ou uma medida provisória, ainda que ela seja legítima, cria uma expectativa de no futuro ter apoio ou uma dívida moral, mesmo que não tenha uma conversa na hora de uma contrapartida específica. Se cria isso, essa relação, na hora que você tem as pessoas que você busca apoio, você tem que apoiar eles politicamente, você nunca sabe se suas portas foram abertas, se seus pedidos foram priorizados, porque eram legítimos ou porque tinham uma monetização envolvida [...]. (Marcelo Odebrecht, 2017)*

A fala do enunciador ressalta a necessidade de uma ampla interface entre o governo e grandes empresários em uma “agenda legítima” (sic) que trate da “defesa do seu caso”. Aspectos como egoísmo, utilitarismo e oportunismo são evidentes na fala, que expõe a questão da interface (*lobby*) como forma de intervenção em um projeto democrático de nação, bem como expõe questões de viabilidade econômica do diálogo entre o setor empresarial e o governo, o que se constitui vantajoso na medida em que se criar “uma expectativa de no futuro ter apoio ou uma dívida moral, mesmo que não tenha uma conversa na hora de uma contrapartida” (sic).

A expressão “nós nunca sabemos quando entra na questão do caixa dois” evidencia uma falta de compromisso com instituições morais que reprovam práticas eleitorais ilícitas, visto que isso é tratado como uma questão trivial pelo enunciador. O que fica explícito na fala é que o empresário, ao entrar em negociações com grupos políticos, busca a conquista de agendas que beneficiariam a sua causa e que aumentariam a rentabilidade e a lucratividade da empresa.

Nesse sentido, em âmbito interdiscursivo, temos uma manifestação clara da ação em interesse próprio, o que é típico de um *ethos* empresarial que se ancora na defesa de interesses individuais e ganhos próprios como cerne das relações sociais e que não se abstém de interferir diretamente em questões de natureza pública. São silenciados, ao longo das falas, aspectos de legitimidade democrática para a imposição das agendas. O enunciador oculta que o juízo de legitimidade sobre tais pleitos não fora estabelecido pela via popular.

O agente desenvolve suas ações em função de seus próprios interesses econômicos (custo-benefício), sem uma maior preocupação com o resultado na sociedade; o grupo político, a seu turno, estaria interessado na manutenção de seu *status* de poder, e aceita a perpetuação de tais práticas por entender que o apoio econômico é fundamental para a manutenção do poder. Para Emilio Odebrecht, a onda de espantos e escândalos atuais é algo novo no país, visto que a corrupção é complexa sistêmica – e tais práticas são muito antigas no Brasil.

04: Então *tudo que está acontecendo era um negócio institucionalizado, era uma coisa normal*, em funções de todos esses números de partidos [...]. O que eles brigavam era por cargos? Não, todo mundo sabia que não era. *Era para orçamentos gordos. Que eles queriam, aí os partidos, então, colocavam seus mandatários com a finalidade de arrecadar recursos para os partidos, para os políticos. E é há 30 anos que se faz isso.* (Emilio Odebrecht, 2017)

05: O que me surpreende, lhe digo, que eu procurei colocar de uma forma muito clara aqui, mas no fim não pode se estender muito, mas eu quero ter a oportunidade de enfatizar, *o que me surpreende é quando eu vejo todos esses poderes, a imprensa, tudo, realmente, como se isso fosse uma surpresa. Me incomoda isso, não exime em nada nossa responsabilidade, não exime em nada nossa benevolência, não exime em nada que nós praticamente passamos a olhar isso como normalidade.* Porque 30 anos é difícil as coisas não passarem a ser normal. (Emílio Odebrecht, 2017)

Nas falas 04 e 05, ficam evidentes aspectos como a necessidade de financiamento empresarial nas estruturas partidárias brasileiras, o que, necessariamente, beneficia as elites econômicas, bem como a normalidade dessas práticas como “negócio institucionalizado”. O uso lexical do termo “institucionalizado” diz respeito à noção de que tais relações já integram o sistema como parte de sua estrutura funcional. Ao longo da fala, o enunciador deixa implícita uma relação de hipocrisia de agentes sociais relevantes como os Poderes da República e a Imprensa Nacional. Segundo a sua fala, tais práticas não são e nunca foram novidades para esses agentes. O enunciador, ao afirmar que “não exime em nada nossa responsabilidade, não exime em nada nossa benevolência”, entende a própria gravidade das suas ações.

Exemplificando o seu próprio caso, o enunciador estabelece uma metonímia de que este é o padrão do sistema político brasileiro – um conjunto de ações de agentes egoístas atuando em causas próprias e agindo na medida de seus próprios interesses. Ao longo das falas trazidas até então, a questão do prejuízo social para a coletividade fora completamente esquecida. Na medida em que atuar junto ao governo é mais econômico e traz uma boa relação de custo-benefício, não há que se pensar no prejuízo coletivo de práticas corruptas que se tornam *um meio aceitável para transação nos negócios oficiais.*

Ao longo de sua fala, o enunciador afirma ainda ser essa uma das únicas formas de se conseguir operar o seu tipo de negócio no país. Com isso, visa atenuar a

sua própria responsabilidade pelo fato de que se trata de uma questão de sobrevivência e adequação dos negócios ao meio. Como uma das justificações trazidas pelo enunciador, é relatada dificuldades de contratações com órgãos públicos no Brasil e em outros países. A dificuldade na obtenção de recursos para grandes projetos é um dos elementos trazidos como uma das motivadoras que levam à adoção de práticas de corrupção entre Estado e empresariado.

06: Os problemas no Brasil e na maioria dos outros países... Você tinha um problema de viabilização financeira de empreendimento. [...] tornar rentável, criar divisas para o país, como inserir ele dentro de um contexto que ele não seja exclusivamente algo que venha trazer benefício a comunidade, e sim, como um todo ao país, ao Brasil como um todo, como contribuir com eles, via políticas públicas etc. *Era muito mais abrangente nos Estados Unidos. Você faz engenharia. Não se preocupava, pelo contrário, o dinheiro já estava disponível antes. Nós iniciávamos a obra e não existia projeto, nem dinheiro. Você tinha que fazer projeto concomitantemente e tinha que providenciar viabilidade financeira a engenharia financeira para viabilizar aquele empreendimento.* (Emilio Odebrecht, 2017)

Discursivamente, o enunciador afirma que um grande motivador do *lobby* político é a dificuldade em se obter viabilização financeira de empreendimento, o que é dificultado na medida em que projetos devem trazer não apenas o retorno esperado, mas grande impacto social. Afirma que, enquanto em outros países há maior liquidez e planejamento, no Brasil “você tinha que fazer projeto concomitantemente e tinha que providenciar viabilidade financeira”. As ações da empresa, nesse sentido, são trazidas como impulsionadas pela estrutura do próprio Estado – uma resposta à hostilidade do ambiente de negócios.

Estrategicamente, é silenciado que em ambientes hostis, cabe à inteligência estratégica de uma organização buscar adaptabilidade em seu modelo de negócios. Adaptabilidade do negócio, nas falas do enunciador, assume outra conotação e diz respeito à necessidade de ganhos contínuos das empresas por

meio de controle das relações público-privadas que são estabelecidas em nível informal entre os agentes. O enunciador silencia sobre a possibilidade de adaptação do negócio a um modelo que preveja e opere considerando as hostilidades do ambiente externo e foca a sua fala na questão de encontrar meios alternativos, ainda que ilícitos, para contornar o problema e achar uma solução lucrativa (mais barata). Na medida em que as condições são mais custosas, acaba valendo mais a pena obter vantagens de agentes públicos do que, necessariamente, adaptar o modelo de negócios para as condições do ambiente.

Tais aspectos trazem à tona uma questão importante relacionada à corrupção: para o setor empresarial, a corrupção não é apenas uma forma de manter um status competitivo ou de obter vantagens ilícitas que garantam a sua rentabilidade; mas também uma forma de evitar custos de adaptação às exigências do mercado por vias políticas que estabeleçam vantagens para o negócio. A relação de custo-benefício, bem como o oportunismo do agente e seu egoísmo se sobressaem em relação a um projeto de livre-mercado, bem como ao projeto de um Poder Público que se concentre estritamente aos anseios democráticos da população.

O “Setor de Propinas” e Sistemas de Controle

A fala do enunciatório que elucida os mecanismos de propina se inicia pelo percurso semântico de contextualizar que a prática de propina e pagamentos indevidos era denominado “processo de geração de distribuição” – um termo que lexicalmente denota um ar de engenharia logística e de processo administrativo corriqueiro às operações, ainda que se direcione ao pagamento indevido de figuras públicas – e que se trata de uma prática comum há aproximadamente 30 anos, no período de governo de Presidentes como José Sarney e Fernando Collor de Melo. A dinâmica desse “processo” mudou conforme escândalos surgiram à época:

07: Não... [Gagueja] Que na verdade o sistema, o seguinte, como era um *processo de geração de distribuição*, isso foi instituído, esse processo *se iniciou no início da década de 90* naquele escândalo do orçamento, e aí, resolveu se mudar a estrutura, e evitar de fazer qualquer pagamento a geração na obra, digamos assim, então, *antigamente no início de 80 quando tinha que fazer um pagamento não contabilizado, em geral o próprio contrato ou a própria empresa fazia contratos fictícios e tudo*, conforme o que teve lá em 91 e 92, se decidiu fazer um processo onde a geração era descasada é... Da distribuição, digamos assim. (Marcelo Odebrecht, 2017)

O percurso semântico do autor demonstra como o processo, da forma como surgiu nos moldes atuais, foi modelada no início dos anos 90 por meio da execução de “processos de distribuição”. O conteúdo explícito diz respeito ao processo de gestão da distribuição de recursos, mas silencia-se sobre o porquê da sua necessidade, qual a sua utilidade para o negócio e a gênese do “processo” (sic). Observa-se também que o enunciador usou dos verbos em terceira pessoa “resolveu se mudar” e “se decidiu fazer um processo”, ocultando quem fora o agente que decidiu pela mudança e pela institucionalização de pagamento de propina.

O texto ainda trata da quantidade excessiva de envolvidos no processo. Em 2004, com o intuito de diminuir o risco de serem descobertos, surgiu a ideia de delegar a função e a responsabilidade pelo recebimento dos pedidos de pagamento para uma única pessoa, sem que essa pessoa soubesse se eram ou não pagamentos ilícitos, apenas tendo o conhecimento que não deveriam ser contabilizados pela empresa. Essa pessoa seria responsável por intermediar o contato dos empresários com o setor de operações estruturadas (ou “setor de propinas”).

08: Então como era o processo que havia? Você tinha os empresários que faziam os compromissos de pagamentos não contabilizados, seja de todos os tipos, *incluindo o que se chama de propina*, mas eles faziam esses pagamentos, e eles tinham, em geral tinha uma pessoa que era do

financeiro deles, digamos assim, porque *os empresários, estávamos falando de 200, 300 empresários que faziam pagamentos não contabilizados, eles tinham em geral uma pessoa da área financeira que fazia controles, essa pessoa quando precisava fazer, chegava e enviava uma informação para a equipe de pagamentos não contabilizados*, que na época era duas pessoas até antes de Hilberto, e aí, ela depois fazia também, porque esse pagamento, apesar de não ser contabilizado, ele tinha que ser gerencialmente alocado ao custo daquele projeto, apesar de não estar na contabilidade, ele gerencialmente era alocado. (Marcelo Odebrecht, 2017)

09: Esse processo vingou até mais ou menos até 2004, aí em 2004 é... foi quando *eu percebi o seguinte: que tinha muita gente envolvida, inclusive, você tinha a pessoa que aprovava o pagamento não contabilizado, e você tinha uma pessoa que junto dela fazia o controle... Então surgiu, na época, a ideia de botar uma única pessoa para receber os pedidos de pagamentos não contabilizados. Essa pessoa não entrava no mérito do que era, sabia apenas que era pagamento não contabilizado*, e essa pessoa checava se havia caixa positivo na contabilidade de quem estava pedindo, pra evitar que pessoas que tivessem o caixa negativo fizesse o pedido. E ela, então, checando que havia caixa positivo, ela liberava esse pagamento com o codinome pra equipe de operação estruturadas, e a equipe de operação estruturadas recebia, então, do empresário diretamente vinculado a esse codinome, a conta ou a forma de como seria feito é... o pagamento. (Marcelo Odebrecht, 2017)

Os trechos das falas 08 e 09 trazem um percurso semântico da evolução temporal do processo de pagamentos. Em um primeiro momento, os pagamentos não contabilizados eram realizados por agentes do financeiro que faturavam os pagamentos indevidos no próprio custo do projeto, o que vigorou até 2004. O enunciador afirma entender que, a partir de 2004, não deveria haver tantas pessoas envolvidas nesse processo – e que apenas um agente deveria fazer os pagamentos, sem conhecer o conteúdo do que estava sendo processado. O enunciador utiliza a expressão “pagamentos não contabilizados” e “inclusive o que se chama de propina” (sic) para se referir às ações de corrupção de maneira

eufêmica. Se, anteriormente, os pagamentos indevidos eram realizados no projeto, surgiu a necessidade de um “pagador ignorante”.

Um ponto importante é que o enunciador escolhe, estrategicamente, informar que a prática era comum a “200, 300 empresários”, de modo a indicar que a prática era corriqueira entre os agentes – o que visa também normalizar a conduta e reduzir o caráter de reprovabilidade do fato. Silencia sobre a forma pela qual os empresários se comunicavam entre si e como socializavam essas práticas de pagamentos não-contabilizados, bem como qual é a influência do ambiente empresarial para a adoção, pelos empresários, de tais ações.

Ao afirmar que o sistema de propina era uma prática que não era só dele, o enunciador espera deixar implícito que o contexto, de certa forma, influencia a dar continuidade a esse tipo de operação. Ele retira sua responsabilidade direta pelo sistema de pagamento, pois este passou a ser operado de maneira automática, não fazendo parte da agenda do empresário conduzir as negociações ou operações de pagamento de propina.

A partir desse momento, começou uma era em que se teria um maior controle de todo o processo, surgindo um sistema eletrônico organizador de pagamentos, o *MyWebDay*, que será tratado adiante como um dos pontos importantes para o registro e execução da operação.

10: Essa pessoa que fazia esse link entre os empresários e a equipe de distribuição criou um sistema para controlar, na verdade, esse sistema em tese, *eu nunca vi esse sistema, mas imaginava que essa pessoa tivesse, depois eu vim a saber que era o MyWebDay, mas eu sabia que a pessoa tinha uma planilha de alguma maneira.* Em tese, o que deveria constar nesse sistema? Em tese, nesse sistema deveria constar um apelido, um codinome, um pedido de um certo valor por parte do empresário como pagamento não contabilizado e o projeto ou a empresa a que esse valor seria alocado gerencialmente. Em tese, essa deveria ser a informação no *MyWebDay*. (Marcelo Odebrecht, 2017)

Ao longo de sua fala, o enunciador utiliza reiteradamente da expressão “em tese”, de modo a demonstrar que o seu conhecimento sobre o sistema de pagamentos é limitado, e que ele não está certo da informação que está fornecendo. No sistema *MyWebDay*, constavam informações detalhadas e controles de pagamentos a políticos e autoridades. Em meio a esse processo, o enunciador silencia como se procede a própria operação: a negociação de valor de propina, a quem pagar e quem mediava informações para os “pagamentos não contabilizados”.

Pela Análise Interdiscursiva do trecho, identificamos que o enunciador busca trazer uma noção ideológica estritamente oportunista no que tange à possibilidade de incrementar os seus ganhos nas operações por meio dos negócios brasileiros e, especialmente, no segmento em que atua. Busca reforçar o discurso de que o meio exige dele esse tipo de conduta para garantir maiores vantagens e ganhos.

Não podemos nos olvidar de que este discurso fora produzido no âmbito de um processo judicial, o que nos leva a ponderar que nem todas as informações trazidas pelo enunciador são verdadeiras ou detalhadas. É importante destacar que ele buscava, em sua narrativa, construir um cenário que lhe favorecesse em termos de culpabilidade ou de responsabilidade na condução de negócios ilegais. O autor deseja nos convencer de que, se estivéssemos no lugar dele, talvez também faríamos exatamente a mesma coisa e que, portanto, não é tão culpável ou reprovável em sua conduta. Ele não assume o próprio caráter social e economicamente nocivo de seus atos e lhes atribui uma menor gravidade ao longo da sua fala.

A ideologia defendida no discurso não se direciona para a virtude, moralidade ou para valores sociais que prezem pela honestidade, pelo respeito, pelo republicanismo, pela ética, mas sim, pela racionalidade econômica do agente que estruturava a operação. Não necessariamente, para prejudicar a coletividade,

mas para obter maiores e indevidos ganhos para si no jogo da economia. Isso denota o conceito de egoísmo, na medida em que o agente não enxerga quem são os prejudicados pelas suas condutas, mas apenas vislumbra o ganho que obterá. Nesse aspecto, existe mais um silêncio por parte do enunciador sobre o prejuízo social acarretado pela sua conduta em termos de ataques e desvios de empresas estatais, patrimônio público.

O excerto “eram mais ou menos 200 a 300 empresários” (sic) indica que a prática é uma prática hegemônica e corriqueira do empresariado que atribuem à ética dos negócios a ética do ganho a todo custo, sem se importar com os meios adotados, caracterizando, dessa forma, um comportamento utilitarista.

11: *Havia uma equipe. Na verdade, nós não chamávamos de setor, havia uma equipe que fazia pagamentos não contabilizados, desde a década de 80 e que a partir de... É em 2006... Foram várias pessoas que foram fazendo rodízio e assumindo responsabilidades. A pessoa que assumiu em 2006, que foi o Hilberto Silva é... Até então, é... Essa equipe, o responsável por essa equipe, tinha denominação de assessor, e aí, o Hilberto, quando assumiu em 2006, sugeriu que fosse mudado para uma equipe de operações estruturadas, porque operações estruturadas, é o nome que se dá aos financiamentos com garantias específicas, e é uma maneira de, digamos assim, ele poder transitar apoiando todos os empresários sem que as pessoas achessem que ele estava fazendo pagamentos não contabilizados. Isso... [gagueja] exatamente, existe essa equipe que fazia os pagamentos não contabilizados em apoio à vários executivos do grupo que fazia. (Marcelo Odebrecht, 2017)*

12: *Fora o que a gente chama, é o primeiro nível, O que é o primeiro nível? É aquele nível que faz a geração é... para planejamento fiscal, esse nível, inclusive os bancos que abriram essa conta, sabiam que a Odebrecht estava por trás dela, é o primeiro nível. A partir daí, deveria haver, dois ou três níveis de contas nos quais não deveria ter nenhum envolvimento é... Do nosso pessoal e da Odebrecht, deveria ser através de doleiros. Isso era como devia ser, até porque esse era o que a gente criava um check balanced, porque a gente achava que uma das*

limitações desses sistemas era o próprio sistema financeiro se auto também controlar e anunciar... Bom, o que houve de fato não foi bem isto, quer dizer... O que houve de fato foi que o Hilberto e a equipe começaram a abrir ou apoiar pessoas que não deveriam ocorrer, abrir contas, atuando inclusive junto aos finances dos bancos, o que destruiu todo check balanced que haveria, que deveria haver no sistema. Então, na prática, o que acabou ocorrendo foi... você tinha a geração de caixa dois que, em geral, por uma questão de eficiência fiscal, ocorria no exterior. Tinha poucas, muito poucas aqui no Brasil, ela era colocada em contas que chamávamos de primeiro nível. A partir daí, ela era direcionada para a equipe de operações estruturada. Nós estávamos pensando que era para doleiros e sem saber que eles também estavam abrindo essas contas. E aí essas contas, através de dois ou três níveis, acabavam chegando no destinatário final. (Marcelo Odebrecht, 2017)

Identificamos que a temática central das falas 11 e 12 é sobre o surgimento de um “setor de propinas”, que antes era denominado apenas como “equipe”, e sobre o processo de distribuição dessa propina. No trecho 12, o enunciador elucida como os pagamentos saíam da empresa e chegavam até o seu destinatário final. Para garantir que o esquema ocorresse de forma “mais segura”, de modo a dificultar que fosse descoberto, os pagamentos eram realizados em três níveis de contas bancárias. O primeiro nível se referia a uma conta vinculada a empresa Odebrecht no exterior, onde acontecia a geração do dinheiro e o planejamento fiscal dos pagamentos. Os próximos níveis, que poderiam ser mais dois ou três, eram de contas utilizadas para o repasse do dinheiro ao destinatário final, por pessoas que não deveriam estar vinculadas à empresa. O pagamento era, enfim, realizado por doleiros para os empresários beneficiados pelo esquema.

Após esclarecimentos sobre o esquema de criação de contas, Marcelo fala sobre a geração de caixa-dois que ocorria no exterior, deixando clara a estratégia utilizada pela empresa. Abrir contas no exterior era mais seguro para eles devido a uma questão de “eficiência fiscal” (sic). Pode-se perceber que o autor deixa explícito que essas contas no exterior eram criadas intencionalmente para

abastecer todo o sistema de pagamentos ilícitos. Ou seja, quando o sistema dentro do país se tornou custoso para a ação corrupta (seja pelos impostos, seja pela fiscalização), opções alternativas foram buscadas. Por último, ele tenta se resguardar afirmando que acreditava que os pagamentos eram feitos dentro dos níveis já estipulados, mas o que acontecia era que a equipe estava abrindo outras contas e apoiando outras pessoas de forma arbitrária, de modo a prejudicar o “planejamento financeiro da operação”.

Temos como personagens do esquema, então, (a) o empresário, (b) os bancos nacionais, (c) a equipe de pagamentos, (d) doleiros, (e) bancos internacionais e (f) agentes públicos que recebiam propina. Explicitamente em seu discurso, estão descritos a importância e os papéis de cada um desses personagens que constituem mecanismos de pagamentos de propina. Ao fazer uso da expressão “nós estávamos pensando que era para doleiros e sem saber que eles também estavam abrindo essas contas” (sic), entende-se que os responsáveis diretos eram do setor de Operações Estruturadas, e que eles tinham total autonomia para realizar as operações.

Em Análise Interdiscursiva, notamos que o autor tenta se defender de ações que não estavam planejadas e foram feitas pela equipe de Operações Estruturadas, afirmando serem atitudes essas que ele não necessariamente aprovava. Ou seja, ele não se exime da culpa e do conhecimento do esquema de corrupção, entretanto, atribui a intencionalidade da conduta ao setor que era responsável por ele. Ao fazer isso, o enunciador denota a grande participação de diferentes agentes dentro de uma cadeia de eventos estruturados para a corrupção. O próprio uso do nome “Operações Estruturadas” denota a uma busca por legitimação e credibilidade das ações como parte de um processo de apoio e financiamento comum ao cotidiano empresarial.

Tal análise nos leva à questão de um dos fundamentos utilitaristas: o custo-benefício da ação. Operações podem ser criadas e repensadas à medida da sua

economicidade e da viabilidade da geração de lucro. O discurso ideologicamente estabelecido na narrativa do enunciador trata do desenvolvimento de um “setor de propinas” como resultado mecânico de um processo social, econômico e histórico, e não especificamente uma ação resultante da agência intencional de empresários que buscam aumentar os seus ganhos. A sua fala visa trazer uma feição impessoal à corrupção, visto que essa é fruto de um “desdobramento econômico natural”. Em tese, seria mais barato intervir nos governos do que ser competitivo o suficiente para não precisar de intervenções e ser capaz de obter a lucratividade.

Em relação ao conteúdo dos registros dos sistemas *MyWebDay* e *Drousys* (o sistema de comunicação do setor de propinas da empresa), as falas 13 e 14 tratam sobre registros e sobre a confidencialidade das informações. O enunciador afirma não ter acesso a relatórios completos, de modo que a gestão dessas ações não era diretamente sua, mas, no caso do primeiro sistema, do “pagador ignorante” e, no caso do segundo sistema, da equipe do personagem Hilberto Silva. Essas informações tinham tratamento próprio e níveis de acessibilidades complexos, de modo que o seu próprio manuseio seria difícil para análise.

13: Era um registro informal da pessoa...*Ele não deveria ter, o que ele não deveria ter? O processo separado por chinese wall, ele não deveria ter: o nome do destinatário do recurso e não deveria ter nada relativo a conta. Ou seja, apenas, repito, ele deveria ter: um codinome, porque era a informação que essa pessoa tinha. O que ela recebia? Recebia o codinome, recebia o valor a ser pago de forma não contabilizada e recebia a obra ou a empresa a qual este valor deveria ser alocado, então essa informação que deveria constar no MyWebDay. Esse sistema é... Veja bem, esse sistema, em tese, deveria ser acessado, mas a empresa não está conseguindo acessar esse sistema, e a informação que eu tive foi que se conseguiu só alguns extratos impressos desse sistema, não um sistema como um todo que se conseguiu extratos impressos, diferentemente do Drousys. Esse sistema, esse controle, digamos assim, a gente chamava de sistema. (Marcelo Odebrecht, 2017)*

14: Todos empresários sabiam que existia na questão do *Drousys*... É um pouco diferente, o *Drousys*, ninguém sabia que existia, *o que todo mundo achava que existia era o sistema de comunicação sigiloso que, em tese, era tipo aquele sistema que depois que se comunicar apagava, ninguém sabia que havia esse registro*. Esses registros do *Drousys* eram feitos pela equipe do Hilberto sem dar conhecimento a ninguém, eles são da equipe dele. Agora o que se verificou depois foi que esse sistema, eles têm as informações sobre as contas, destinatários, inclusive informações que não deveriam estar na mão dessa equipe, mas estava! *Então, é eu digo... Esse sistema na verdade é... Eu mesmo tive a oportunidade de ver esse material [...] São páginas e páginas de informação, sem que o empresário que tenha feito... o pagamento, possa avaliar e filtrar[...] É um overload de informações*, então o que cada um tem que fazer no âmbito do seu processo é filtrar aquelas informações que são relevantes e tentar, que é o que eu procurei fazer agora. (Marcelo Odebrecht, 2017)

Primeiramente, é importante compreender que as operações de pagamentos indevidos eram caracterizadas pela forma “*chinese wall*”, termo que faz alusão à Grande Muralha da China como metáfora para bloqueio a registro de informações de operações que devem ser resguardadas como segredo empresarial por questões de conflito de interesse. As informações eram tratadas como sigilosas e de grande prioridade para a empresa, razão pela qual eram necessários dois sistemas para tal: um relacionado a pagamentos para controle na empresa, outro para registro efetivo de quais seriam os pagamentos aos agentes. O primeiro teria um nível de segurança menor, visto que era tratado apenas por codinomes. O segundo, mais complexo, traria detalhes de pagamentos e seria acessível a poucas pessoas, de modo que a própria acessibilidade aos dados e às suas respectivas análises seriam difíceis – até para os próprios empresários.

A gênese da adoção do sistema de informação é silenciada pelo enunciador. Também são silenciados detalhes de sua operação, bem como quais são as possíveis informações estratégicas que podem ser obtidas pelo seu manuseio. A hipérbole “*overload de informações*” é utilizada para dar ênfase à dificuldade – e

talvez até impossibilidade – de se obter informações mais detalhadas sobre operações de pagamentos feitos. É claramente visível a posição de resistência do enunciador em relação ao detalhamento do sistema, visto que ele traz apenas conhecimentos superficiais sobre a sua operação, alegando que a grande responsabilidade pela execução das atividades seria do *staff*, no caso, representado pelo executivo Hilberto Silva.

Em nível interdiscursivo, a questão da ética das relações negociais também foi transferida para o nível de *staff* e para os executivos e empregados da empresa. Ao longo de sua fala, o enunciador buscou, estrategicamente, reduzir o seu nível de culpabilidade ao atribuir o conteúdo das ações aos seus empregados. É silenciado o papel do empresário na promoção de práticas honestas, inclusive pelo exemplo, ao longo da sua fala. Também é silenciado o fato de que tais operações só existiam em função de negociações existentes entre o nível estratégico da organização com agentes públicos.

Os trechos 07 a 14 refletem discursos e ideologias já existentes. Fica claro, por exemplo, o caráter oculto da corrupção. É uma prática que acontece de forma escondida, “por baixo dos panos”, na obscuridade. Os seus praticantes fazem o uso de todas as formas possíveis para se manterem no anonimato, pois sabem que um padrão ético atrelado à corrupção – ou seja, a ética empresarial em contexto neoliberal, que pauta as relações humanas pelo seu custo-benefício e transforma o homem em um ser econômico-racional e calculador de utilidades – não se adéqua ao padrão ético social e moralmente aceito e difundido. Contudo, o caso deixa evidente a contradição existente entre tais discursos e a prática, visto que é evidente, ao longo do discurso, a corruptibilidade dos agentes ao serem contrapostos à possibilidade de um ganho superior a um custo-benefício razoável, ainda que suas práticas não sejam bem-vistas.

IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise proposta neste artigo, analisamos opacidades no texto para revelar dimensões ocultas das falas dos enunciadores. Ao longo do trabalho, ficou evidente de que modo se manifestam os atributos *do egoísmo*, *do utilitarismo* e *do oportunismo* no comportamento dos agentes e nas suas construções discursivas. A corrupção, na forma de pagamento de propinas, é tratada como uma prática que tem origem na gênese da redemocratização brasileira, no início dos anos 1990. A corrupção por meio do pagamento de propinas é vista como uma prática comum e institucionalizada em um meio que socializa empresários e que se constitui como uma das formas mais vantajosas para a obtenção de resultados lucrativos para as empresas.

As justificações utilizadas, ao longo dos discursos dos enunciadores, diz respeito às dificuldades operacionais que existem no mercado. Para os enunciadores, tais práticas são formas viáveis de se manter a sustentabilidade do negócio. São silenciados aspectos relacionados à inovação, à elevação da competitividade e à melhor resposta aos estímulos do ambiente externo. Em outras palavras, em tese, seria mais eficiente buscar corromper o sistema público do que inovar no negócio para obter maior eficiência operacional e rentabilidade.

A falta de maturidade institucional, legislativa e de controle/transparência no setor público contribui para a corrupção, permitindo a incidência um *comportamento oportunista dos empresários* junto a figuras políticas em busca da defesa de uma “agenda legítima” – interesses individualistas dos empresários de obter privilégios em processos de contratação e, assim, manter a lucratividade de seus negócios (à revelia da sociedade). Tal agenda legítima não possui compromisso social nem gera benefícios à população, mas atende às pautas que beneficiam os grupos empresariais em troca de apoio econômico aos partidos políticos brasileiros.

As formas de *lobby* variam conforme o período. Foram relatadas práticas de *lobby* que variam desde a interface diretamente com políticos até o corporativismo dos agentes que constituem a cúpula estratégica da Petrobrás. Tais executivos, conforme foram relatados, deveriam atender aos interesses do grupo político dominante ou seriam “expurgadas” de sua função. Foi relatado que tais práticas seriam de conhecimento amplo da mídia e de setores do governo e, só recentemente, começaram a ser problematizadas como algo prejudicial.

Em termos operacionais, a engenharia para o pagamento de propinas é arrojada. Termos como “processo de distribuição”, “pagamentos não-contabilizados”, “operações estruturadas” e “*chinese wall*” são utilizados para operar pagamentos e registrar tais feitos em esquemas articulados entre o empresário, os bancos nacionais, a equipe de pagamentos, doleiros, bancos internacionais e agentes públicos que recebiam propina. As operações deveriam envolver a menor quantidade de pessoas o possível, e os sistemas de informação deveriam ter uma confiabilidade que garantisse a dificuldade de rastreamento posterior das informações.

O discurso dos empresários busca trazer muito peso à ação dos agentes executivos, empregados e encarregados das ações de pagamento, o que, de certa forma, busca atenuar a sua própria responsabilidade. O “processo” de pagamento de propinas é tratado como decorrente de um ambiente que demanda tais ações e que é operado de “maneira automática” por agentes que trabalham na empresa. Contudo, não se pode olvidar de que se trata de uma ação planejada a partir de um *ethos empresarial* que faz uso de racionalidade e de cálculos de custo-benefício sobre os meios mais fáceis de se obter eficiência operacional e fiscal.

O que salta aos olhos, na análise deste artigo, é a capacidade de articulação desses agentes em função do custo-benefício (*utilitarismo*) oferecido pelo pagamento de propinas e benefícios indevidos a partidos políticos no Brasil.

Enquanto essas relações de custo-benefício forem atrativas, aspectos como inovação e desenvolvimento das empresas para uma melhor adaptação ao ambiente hostil do mercado e as suas inúmeras variáveis continuarão sendo coadjuvantes de um processo que prima pelas relações pessoais e por esquemas de enriquecimento ilícito que beneficia a poucos em detrimento da sociedade. Novas formas de corrupção devem ser organizadas, dados os efeitos deste escândalo, mas as possíveis causas do problema continuam ativas no *ethos* empresarial dos agentes. Faz-se necessário não apenas controlar o oportunismo por meio de leis mais rígidas e reformas políticas, mas repensar também o caráter axiológico dos agentes, resgatando a função social da empresa e os valores que prezem pela coletividade antes de quaisquer movimentos egoístas que perpetuem práticas de corrupção nas organizações.

A partir dessas construções, derivamos algumas ideias que trazem profundas implicações teóricas na forma como lidamos com o empresariado. Propomos, nesse sentido, que (1) devemos problematizar melhor o *ethos empresarial* para além da utilidade econômica, repensando qual o papel do empresário na sociedade para além do neoliberalismo; (2) a ética do ganho não pode ser maior do que a função social da empresa, pois o que fundamenta a existência de empresas é o seu papel diante da sociedade, que é maior do que a lucratividade a ser oferecida aos seus proprietários e, por fim, (3) empresas também devem ser objeto de controle não apenas governamental, mas também social, pois são formas organizadas de produção que influenciam e são influenciadas pelas forças políticas estruturadas em um país.

As construções realizadas também levam a algumas implicações sobre formas de controle da corrupção no Brasil, de modo que três linhas de frente sejam criadas para o combate à corrupção: a) uma atenção especial deve ser lançada à figura do empresário, de modo que a promoção de práticas de honestidade e primazia da função social da empresa sejam aspectos de socialização fundamentais à cultura empresarial; b) o custo-benefício da prática de corrupção deve ser mais

bem balanceada para que a noção de utilidade da ação seja considerada inviável nos meios empresariais brasileiros e, por fim, c) mecanismos de controle em relação às ações empresariais podem ser aprimoradas em termos de *compliance* e de governança corporativa, de modo que haja uma redução substantiva dos meios que produzam oportunidades de prática de corrupção nas empresas – nesse sentido, frisamos que tais ações de controle não devem ser apenas praticadas em relação a empregados, mas também a executivos e empresários.

As limitações do artigo dizem respeito às próprias condições de produção do discurso: no âmbito de um processo judicial, muitas estratégias ocultas residem nos discursos. Não podemos nos olvidar da circunstância de que se tratava de agentes investigados e presos, que desejavam a cooperação no sentido de obtenção de benefícios penais. Contudo, a riqueza da análise permitiu lançar luz em questões que não estavam evidentes no discurso. Nossa intenção não é extrair categorias e afirmações que constituam verdades universais, mas apenas analisar contextualmente as falas produzidas. A partir destas contribuições, sugerimos estudos que busquem observar os aspectos trazidos pelos dados empíricos, bem como um maior aprofundamento teórico e filosófico sobre as causas da corrupção. O tema é complexo e envolve uma ampla gama de setores da sociedade, o que permite uma vasta amplitude de oportunidades para aqueles que buscam entender a dinâmica da corrupção nas organizações em geral.

REFERÊNCIAS

Baptista, Isabel. (2011). *Ética, deontologia e avaliação do desempenho de docentes* (Vol. 3). Lisboa: CCAP - Conselho Científico para a Avaliação de Professores.

Brasil, Luciana L. (2011). Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*, 15(1), 171-182.

Brei, Zani A. (1996). Corrupção: dificuldades para definição e para um consenso. *Revista de Administração Pública*, 30(1), 64-77.

Cabral, Augusto C. (2005). A análise do discurso como estratégia de pesquisa no campo a administração: uma visão global. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Administração*, 3(2), 59-68.

Campregher, Gláucia, & Longoni, Lucas S. (2017). A natureza humana do comportamento individual nos primórdios do pensamento econômico: uma comparação entre Hume, Smith e Bentham. *Economia e Sociedade*, 26(1), 111-139.

Coelho, Caio C. & Barros, Amon (2021). Padrinhos e caciques: o lado sombrio da atividade política corporativa na captura do Estado. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 20(1), 15-42.

Cornelsen, Elcio L. (2009). Análise do discurso no âmbito dos estudos organizacionais: uma abordagem teórica. In Alexandre P. Carrieri, Luiz Alex S. Saraiva, Thiago D. Pimentel, & Pablo A. G. Souza-Ricardo (Orgs.). *Análise do discurso em estudos organizacionais* (pp. 21-44). Curitiba: Juruá.

Couto, Felipe F., & Carrieri, Alexandre P. (2020). The other side of compliance systems and codes of ethics: a foucauldian perspective on rule-based ethics and corruption control. *Innovar*, 30(78), 135-148.

Cressey, Donald R. (1953). *Other people's money: a study of the social psychology of embezzlement*. Glencoe: The Free Press.

Del Cont, Valdeir D. (2008). Razões egoístas para se agir de modo altruísta: o utilitarismo teológico de William Paley. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 12, 39-62.

Dincer, Caner & Dincer, Banu (2014). An overview and analysis of marketing ethics. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 4(11), 151-158.

Egg, Rosiane F. (2009). História da ética. In: Rosiane F. Egg. *Ética nas organizações* (pp. 5-14). Curitiba: IESDE Brasil.

Fernández, José L. (1999). Hacia una ética del marketing. In Francisco J. Roa (Ed.), *Ética del marketing*. Madrid: Unión Editorial.

Figueiredo, Antônio M. (2008). Ética: origens e distinção da moral. *Saúde, Ética & Justiça*, 13(1), 1-9.

Foucault, Michel (2008). *Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.

Freitas Júnior, Luiz R. & Medeiros, Cintia R. (2018). Estratégias de racionalização da corrupção nas organizações: uma análise das declarações de acusados em casos de corrupção no Brasil. *Revista de Ciências da Administração*, 20(50), 8-23.

Gamba, Rubiane R. & Soares, Josemar S. (2012). *Ética e moral: estudo sobre a efetiva aplicabilidade na administração pública*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí. Recuperado em 5 janeiro, 2018 de: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Rubiane%20Rita%20Gamba.pdf>

Gaski, John F. (2015). The trouble with marketing ethics... In Alexander Nill (Ed.). *Handbook on ethics and marketing* (pp. 111-124). Cheltenham: Edward Elgar.

Ghomari, Souhila, & Benhabib, Abderrezak (2012). Marketing ethique & ethique marketing. *Revue Marocaine de Recherche en Management et Marketing*, 6-7, 1-16.

Gomes, José V. (2015). Comportamento político e corrupção no Brasil de hoje. *Anais do Congresso Nacional de Ciências Sociais*, Vitória, ES, Brasil, I.

Gonçalves, Tandara D., Grzybovski, Denize, Mozzato, Anelise R., & Toebe, Carlisa S. (2017). Contradições no agir do voluntário nas organizações da sociedade civil: ensaio teórico à luz da sociologia pragmática francesa. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(4), 900-913.

Gonzaga, Miller J. (2015). A influência da racionalidade limitada e do oportunismo em um jogo de empresas. *Revista LAGOS - Laboratório de Gestão Organizacional Simulada*, 6(1), 35-49.

Guareshi, Pedrinho A. (2008). Ética e relações sociais entre o existente e o possível. In Maria G. C. Jacques, Maria L. T. Nunes, Nara M. G. Bernardes, & Pedrinho A. Guareschi (Orgs.). *Relações sociais e ética* (pp. 6-11). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Hensel, Paul J. & Dubinsky, Alan J. (1986). Ethical dilemmas in marketing: a rationale. *Journal of Business Ethics*, 5(1), 63-67.

Jamnik, Anton (2011). The question of ethical decision in marketing and ethics. *Revista Cultura Económica*, 80, 41-53.

Lenoir, Yves (2016). O utilitarismo de assalto às ciências da educação. *Educar em Revista*, 61, 159-168.

Melo, Felipe L., Sampaio, Luciano M., & Oliveira, Renato L. (2015). Bureaucratic corruption and entrepreneurship: an empirical analysis of Brazilian States. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3), 374-397.

Migowski, Eduardo S. (2015). O ethos neoliberal e a formação da sociedade de controle. *Revista TransVersos*, 4(4), 7-26.

Narzetti, Claudiana (2010). As linhas de análise do discurso na França nos anos 60-70. *RevLet – Revista Virtual de Letras*, 2(2), 51-70.

Nascimento, Andréa A. (2017). A corrupção policial em debate: desvio e impunidade nas instituições policiais do Rio de Janeiro. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 10(1), 64-82.

Pêcheux, Michel (2014). *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio* (5a ed.). Campinas: Unicamp.

Pedro, Ana P. (2014). Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 55(130), 483-498.

Ramos, Paulo R. (2010). Corrupção na administração pública e crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores. *Revista Mineira de Contabilidade*, 4(40), 14-22.

Rodrigues, Caio C. (2022). “No one treated it as a crime”: an empirical study of corruption rationalization. *Academy of Management Annual Meeting*. Seattle, US, 74th.

Silva, Antonio W. (2011). O pensamento ético filosófico: da Grécia Antiga à Idade Contemporânea. Florianópolis: UFSC. Recuperado em 5 janeiro, 2018 de:

<http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-pensamento-%C3%A9tico-filos%C3%B3fico-da-gr%C3%A9cia-antiga-%C3%A0-idade-contempor%C3%A2nea>

Silva, Maurício. (1994). Corrupção: tentativa de uma definição funcional. *Revista de Administração Pública*, 28(1), 18-23.

Simioni, Flávio J., Siqueira, Elisabete S., Binotto, Erlaine, Spers, Eduardo E., & Araújo, Zilda A. (2009). Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 47(3), 739-765.

Sobral, Adail (2009). O conceito de ato ético de Bakhtin e a responsabilidade moral do sujeito. *BIOETHIKOS - Centro Universitário São Camilo*, 3(1), 121-126.

Souza, Mariana M. & Carrieri, Alexandre P. (2014). A análise do discurso em estudos organizacionais. In Souza Eloisio M. (Org.). *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual* (pp. 13-40). Vitória: EDUFES.

Tognetta, Luciene R. & Taille, Yves (2008). A formação de personalidades éticas: representações de si e moral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 181-188.

Torsello, Davide, & Venard, Bertrand. (2016). The anthropology of corruption. *Journal of Management Industry*, 25(1), 34-54.

NEOLIBERALISMO, E *THOSE* EMPRESARIAL E CORRUPÇÃO NOS DISCURSOS DA FAMÍLIA ODEBRECHT

Resumo

Neste artigo, estudamos a corrupção contemporânea no Brasil como fenômeno afeto ao neoliberalismo. Esta pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem hermenêutica, busca responder a seguinte pergunta: Como se articulam as subjetividades inerentes aos discursos de Marcelo e Emílio Odebrecht em seus depoimentos na Operação Lava-Jato? Para tanto, dirigimos nossa atenção para a análise das relações premiadas do ex-presidente da Odebrecht, Marcelo Bahia Odebrecht, e do seu pai, Emílio Alves Odebrecht, através do uso da Análise do Discurso Francesa. Ao longo do trabalho, ficou evidente de que modo se manifestam os atributos do egoísmo, do utilitarismo e do oportunismo no comportamento dos agentes e nas suas construções discursivas. Neste trabalho, é evidenciada a capacidade de articulação dos agentes em função do custo-benefício oferecido pelo pagamento de propinas e benefícios indevidos a partidos políticos no Brasil. Enquanto essas relações de custo-benefício forem atrativas, aspectos como a melhor adaptação ao mercado continuarão sendo opcionais.

Palavras-chave

Ethos Empresarial. Corrupção. Neoliberalismo. Odebrecht. Análise do Discurso.

NEOLIBERALISMO, ETHOS EMPRESARIAL Y CORRUPCIÓN EN LOS DISCURSOS DE LA FAMILIA ODEBRECHT

Resumen

En este artículo, estudiamos la corrupción contemporánea en Brasil como un fenómeno relacionado con el neoliberalismo. Esta investigación, de naturaleza cualitativa y abordaje hermenéutico busca responder a la siguiente pregunta: ¿Cómo se articulan las subjetividades inherentes a los discursos de Marcelo y Emílio Odebrecht en sus testimonios en la Operación Lava-Jato? Por lo tanto, dirigimos nuestra atención al análisis de las delaciones premiadas del ex presidente de Odebrecht, Marcelo Bahia Odebrecht, y su padre, Emílio Alves Odebrecht, mediante el uso del Análisis del Discurso Francés. A lo largo del trabajo se hizo evidente cómo los atributos de egoísmo, utilitarismo y oportunismo se manifiestan en el comportamiento de los agentes y en sus construcciones discursivas. En este trabajo se evidencia la capacidad de articulación de los agentes en cuanto al costo-beneficio que ofrece el pago de sobornos y beneficios indebidos a los partidos políticos en Brasil. Mientras estas relaciones costo-beneficio sean atractivas, aspectos como una mejor adaptación al mercado seguirán siendo opcionales.

Palabras clave

Ethos Empresarial. Corrupción. Neoliberalismo. Odebrecht. Análisis del discurso.

NEOLIBERALISM, BUSINESS ETHOS AND CORRUPTION IN ODEBRECHT FAMILY'S DISCOURSES

Abstract

In this article, we study contemporary corruption in Brazil as a phenomenon derived from neoliberalism. This paper, from qualitative nature and hermeneutic approach, seeks to answer the following question: How are the subjectivities inherent to Marcelo Emílio Odebrecht's discourses articulated in his testimonies in Car Wash Operation? To this end, we have directed our attention to the analysis of the statements made by the former president of Odebrecht, Marcelo Bahia Odebrecht, and his father, Emílio Alves Odebrecht, through the use of French Discourse Analysis. Throughout the work, it became evident how the attributes of selfishness, utilitarianism and opportunism are manifested in the behavior of agents and in their discursive constructions. In this work, the ability of agents to articulate in terms of the cost-benefit offered by the payment of bribery and undue benefits to political parties in Brazil is evidenced. As long as these cost-benefit relationships are attractive, aspects such as better adaptation to the market will continue to be optional.

Keywords

Business Ethos. Corruption. Neoliberalism. Odebrecht. Discourse Analysis.

CONTRIBUIÇÃO

Felipe Fróes Couto

O autor declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (principal), teorização (principal), coleta de dados (secundária), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

Mariana Bernardino Lopes

A autora declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (secundária), teorização (secundária), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

Marília Gabriela Ferreira Araújo

A autora declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (secundária), teorização (secundária), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

Caio Carvalho Vargas

O autor declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (secundária), teorização (secundária), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

CONFLITOS DE INTERESSE

Es autores declaram não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Es autores declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

-

COMO CITAR

Couto, Felipe F., Lopes, Mariana B., Araújo, Marília G, F., & Vargas, Caio C. (2022). Neoliberalismo, ethos empresarial e corrupção nos discursos da família Odebrecht. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(26), 735-778.